

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES




CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Jul

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3224 - Ano 2024



PLP 42/2023 APOSENTADORIA ESPECIAL É amanhã


Audiência Pública para tratar da Aposentadoria especial dos Vigilantes

ATENÇÃO! 

**PLP 42/2023
APOSENTADORIA
ESPECIAL**

Audiência Pública:
Comissão de Previdência,
Assistência Social,
Infância, Adolescência e
Família – CPASF

Dia 03 /07/2024 às 14h
**SUA PRESENÇA É
FUNDAMENTAL**


Confederação Nacional dos Vigilantes
APOIO
Federações e Sindicatos filiados

A deputada Érika Kokay (PT/DF), apresentou perante a Comissão de Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família o Requerimento 34/2024, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar 42/2023 e apensado, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

A mesma acontecerá no dia 03/07/2024, amanhã.

Os vigilantes estarão representados pelo Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, JOSÉ BOAVENTURA SANTOS.

Contamos com a presença de todos que puderem participar, seja de forma presencial, online ou ajudando na divulgação.

Estamos trabalhando pela nossa aposentadoria especial, e você?

fonte: CNTV

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

57ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

PAUTA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 03/07/2024

LOCAL: Anexo II, Plenário 07

HORÁRIO: 14h

TEMA: “PLP 42/2023 Concessão de aposentadoria especial aos segurados o Regime Geral de Previdência Social”

REQ 34/2024 CPASF, da deputada Erika Kokay;

REQ 39/2024 CPASF, da deputada Erika Kokay;

REQ 40/2024 CPASF, do deputado Pastor Eurico.

1 - JOSÉ BOAVENTURA SANTOS (confirmado presencial)

Presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV;

2 - FERNANDO GONÇALVES DIAS

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI;

3 - DIEGO MONTEIRO CHERULLI (confirmado presencial)

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDPREV;

4 - JOÃO FELCHAK (confirmado presencial)

Diretor da Secretaria da Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Federação Única dos petroleiros - FUP;

Representante da Federação Única dos Petroleiros;

5 - WANDERSON DIAS FERREIRA (confirmado on-line)

Vice- Presidente de Assuntos da Seguridade Social em substituição ao Sr. Miguel Arcanjo Sinas Novo,

Presidente do Conselho Executivo da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;

6 - ADRIANE BRAMANTE - (confirmado presencial)

Diretora de Relações Internacionais;

Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário;

7 - Ministério da Previdência Social;

8 - HENRIQUE HACKLAENDER (confirmado)

Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas;

9 - RAFAEL NAGI CRUZ GERGES (confirmado presencial)

Consultor Técnico da Associação Brasileira de Fundação - ABIFA;

Representante da Associação Brasileira de Fundação;

10 - RAFAEL KIECKBUSCH (confirmado on-line)

Gerente de Assuntos de Segurança e Saúde no Trabalho SURET/CNI;

Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

11 - BRUNO DA SILVA VASCONCELOS (confirmado presencial)

Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

Representante da Organização das Cooperativas do Brasil;

12- MARCELO PEDROSO (confirmado presencial)

Diretor de Relações Externas para Brasil da Associação de Transporte Aéreo Internacional - IATA; Representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR);

13 - ANTÔNIO COELHO MEIRELES NETO (confirmado presencial)

Presidente da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito do Brasil (AGTBRASIL);

14 - ALISON SEGANFREDO CERICATTO (confirmado presencial)

Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal,

Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola Agrário e Pecuário (SINTAP).

Deputados pedem à ministra mais condições de trabalho de terceirizados

Os deputados distritais Chico Vigilante e Gabriel Magno, e a deputada federal Erika Kokay, reuniram-se com ministra da Gestão, Esther Dweck



Os deputados distritais Chico Vigilante e Gabriel Magno, e a deputada federal Erika Kokay – todos do PT – reuniram-se com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para pedir melhores condições de trabalho aos terceirizados, nessa quinta-feira (27/6).

“Esses trabalhadores, em sua maioria empregados em órgãos federais e estatais, enfrentam sérias dificuldades: falta de reajustes salariais, ausência de planos de saúde e locais de descanso inadequados”, disse Chico Vigilante. O ex-ministro das Comunicações Ricardo Berzoini também participou do encontro.

Vigilante afirmou que as empresas públicas do DF e de todo o país devem exigir, nas licitações,



“a contratação de empresas comprometidas com os direitos trabalhistas”.

“Estamos lutando para que as condições de trabalho dos terceirizados sejam dignas e justas, garantindo que todas as empresas envolvidas sejam sérias e responsáveis”, enfatizou.

FONTE: METROPOLES - Isadora Teixeira

Comunicado Importante: Situação da INTERFORT/BB/ CEF O “TRIPÉ DO MAL”

Prezados associados do Sindvigilantes/BA,

Gostaríamos de informar que, diante das questões levantadas em relação à INTERFORT e seus contratantes BB/CEF, é imperativo destacar que as irregularidades identificadas até o momento não foram devidamente corrigidas, mesmo após tratativas diretas com a administração da empresa em Natal, durante a recente visita de nossa diretoria.

Especificamente, continuamos preocupados com o uso inadequado do ponto eletrônico, utilizado para descontos injustificados nos

salários dos vigilantes, além da contratação de um plano de saúde inadequado para os colegas do interior, que não oferece o atendimento adequado.

Adicionalmente, persistem os casos de desrespeito, especialmente contra nossas vigilantes femininas, sujeitas a abusos por parte de membros operacionais da empresa, incluindo a localização inadequada do cofre de armas nos banheiros masculinos.

Apesar de algumas demissões ocorridas devido a condutas inaceitáveis, como venda de vagas e outras práticas irregulares, lamentavelmente as faltas, descontos indevidos, punições injustas, pagamento abaixo do devido e outras irregularidades persistem sem correção.

Diante deste cenário, é essencial reorganizar e intensificar nossos esforços na defesa de nossos direitos. Precisamos retornar à linha de frente desta luta, conscientes dos responsáveis por esses desrespeitos. Já visitamos a empresa anteriormente e, se necessário, voltaremos novamente.

Ressaltamos ainda a complacência dos contratantes, em especial BB e CEF, que há mais de duas décadas têm apoiado empresas de segurança que desrespeitam e prejudicam os trabalhadores. A empresa em questão é um verdadeiro problema, mas a união, organização e luta dos trabalhadores são fundamentais para combater e eliminar o que chamamos de “tripé do mal”.

Sindicato comprometido com a verdade e a defesa incansável dos direitos da categoria.

Atenciosamente,
Sindvigilantes/BA



Ministério do Trabalho notifica sindicatos para atualizar registro

Objetivo é tornar mais efetiva a representação dos trabalhadores



A edição de hoje (1º de julho) do Diário Oficial da União traz a relação nominal de 985 sindicatos de trabalhadores e de 368 sindicatos patronais (total de 1.353) que devem atualizar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) quanto à composição da diretoria, início e término de mandato, o processo eleitoral para escolha dos representantes, entre outros dados.

Segundo o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perioto, o propósito não é punir as representações com informações em atraso. Ele acredita que possa haver entidades fechadas e bases sem prepostos para negociar seus interesses. “A atualização vai abrir a possibilidade de organização de novas entidades, e fazer com que os trabalhadores tenham representação mais efetiva.”

Em sua avaliação, a iniciativa ajuda a oxigenar o ambiente sindical. “Com as mudanças tecnológicas, com o fim do financiamento obrigatório, há muitos sindicatos em situação de penúria, muitos sindicatos fechados que não estão funcionando.

Foram notificadas entidades que estão com registros defasados há oito anos. O número de sindicatos com informações em atraso equivale a 7,5% do total de corporações reconhecidas pelo MTE. A revisão dos dados deve ocorrer até o dia 28 de dezembro (180 dias). A correção de vai possibilitar o Ministério do Trabalho e Emprego lançar uma nova versão do Cadastro Nacional de Estados Sindicais (CNES).

“Os sindicatos que não efetuarem a

atualização poderão ter os registros sindicais suspensos e cancelados”, alertou Marcos Perioto, em entrevista à Agência Brasil. De acordo com ele, se o sindicato notificado for uma entidade representativa de setor privado e que faz negociação coletiva “não vai poder registrar acordos e convenções coletivas aqui no ministério. Isso abre a possibilidade de outro sindicato vir a ser instalado junto à categoria profissional na mesma base territorial”.

Cadastro

Segundo Perioto, a preocupação é com o cadastro. “Ele tem que ser fidedigno, e apresentar exatamente o que é a estrutura sindical brasileira. Nós consideramos que o cadastro, da forma que ele está organizado hoje, tem lacunas que precisam ser preenchidas, dentre as informações sobre as eleições sindicais.”

A expectativa é de que a maioria das entidades com informações obsoletas sejam sindicatos de servidores públicos e sindicatos trabalhadores e empregadores rurais. “São duas áreas onde não existem acordos e convenções coletivas para serem registrados aqui no Ministério, daí talvez os sindicatos não atentem para a necessidade, para a importância de fazer atualização sindical.”

Prazo

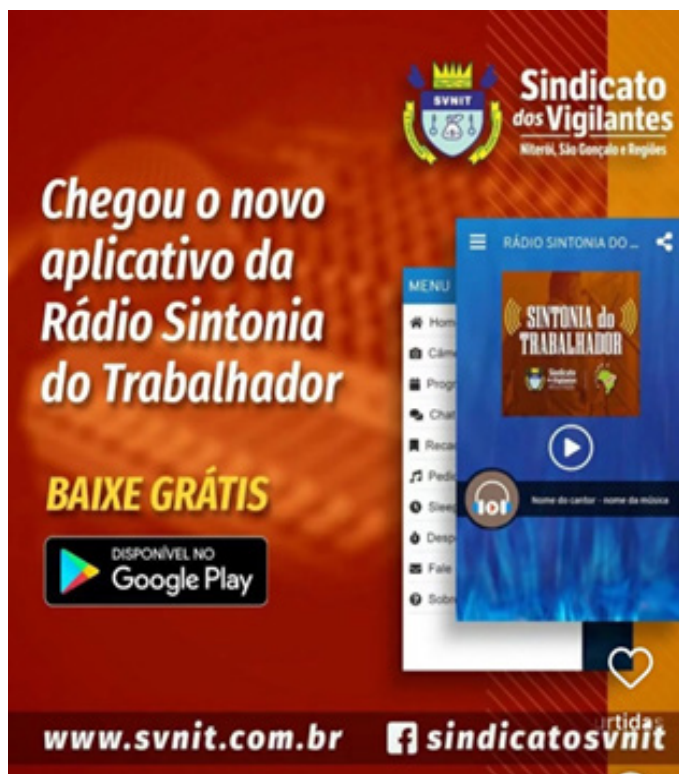
Em nota à imprensa, a Secretaria de Relações do Trabalho chama a atenção para a necessidade de que entidades sindicais que possuem registro sindical concedido antes de 18 de abril de 2005, e que não migraram para o CNES, ponham em dia seus dados cadastrais até 30 de setembro, através da opção Solicitação de Recadastramento – Atualização Sindical – SR.

Os procedimentos para o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego estão descritas na Portaria nº 3.472/2023.

CUT - Escrito por: Gilberto Costa, EBC |
Editado por: Maria Claudia, EBC

COMUNICADO DO SINDICATO SVNIT.

No próximo dia 06/07/24 as 10:00hs estaremos de volta com o programa a Voz do Vigilante, através da radio web sintonia do trabalhador do sindicato dos vigilantes de Niteroi Regiões



Os Vigilantes vão ter informações e esclarecimentos sobre os seus direitos, vamos denunciar as empresas que não cumprem a CLT e a nossa CCT, vamos falar sobre a saída das empresas g4s do banco Itaú e da Sunset do Santander a partir do dia 01/08/24 e também vamos falar sobre a previsão da data pra votação do Estatuto da Segurança Privada.

O programa será ao vivo pela página no Facebook SINTONIA DO TRABALHADOR e pela RÁDIO através do aplicativo SINTONIA DO TRABALHADOR no seu telefone.

Será um programa por semana, estaremos informando o dia que será realizado o programa semanalmente.

O horário do será das 10:00hs às 11:30hs.

Contamos com a presença e a participação de todos os Vigilantes e amigos pois todos os temas que vão ser abordados é de interesse da nossa categoria e da sociedade.

Nesse retorno do programa a voz do Vigilante vamos ter novidades sobre a aposentadoria especial pra nossa categoria, no próximo dia 03/07/24 vai acontecer uma audiência pública na Câmara dos deputados em Brasília pra tratar da aposentadoria especial e estarei presente representando o sindicato svnit, e terei informações importantes para nossa categoria no Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço a todos os Vigilantes que são sócios do Sindicato svnit, porque estão dando condições para que o nosso sindicato possa sempre ter diretores em Brasília lutando para garantir e manter os direitos para a nossa categoria.

Vamos ter no programa outras informações muito importantes de interesse da nossa categoria.

Participe, e compartilhe esse comunicado do Sindicato Svnit nas suas redes sociais fortalecendo este meio de comunicação.

Não deixe de seguir o Sindicato no Instagram e no Facebook pois sempre teremos informações importantes pra divulgar.

SÓ QUEM SABE O QUE UM VIGILANTE SOFRE EM SEU POSTO DE SERVIÇO É UM OUTRO VIGILANTE. PENSEM NISSO!

Claudio Vigilante

Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões. (Svnit).

MTE completa modernização do ambiente externo do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais

Agora os sindicatos, federações e confederações podem tramitar todos os procedimentos no CNES utilizando qualquer navegador de Internet, através de computadores, tablets ou celulares



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) concluiu, no dia 27 de junho, a modernização do acesso a todas as modalidades de registro sindical do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Com a entrega das novas funcionalidades da Solicitação de Incorporação (SI) e da Solicitação de Fusão (SF), os sindicatos, federações e confederações podem tramitar todos os procedimentos no CNES utilizando qualquer navegador de Internet, através de computadores, tablets ou celulares.

De acordo com o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perito, a Solicitação de Incorporação (SI) permite que um sindicato registrado no CNES absorva a representação sindical de um ou mais sindicatos, também registrados, desde que possuam categoria ou base territorial idênticas. Já a Solicitação de Fusão (SF) é o procedimento pelo qual dois ou mais sindicatos, registrados no CNES e com categoria ou base territorial idênticas, se unificam para formar um novo sindicato, que

sucede os anteriores em direitos e obrigações, o que pode fortalecer a representatividade e a atuação sindical.

Perito destaca que “com a ativação das novas funcionalidades, o MTE conclui a etapa da modernização do ambiente externo do CNES, exatamente aquele utilizado pelas entidades sindicais, em linha com o compromisso do ministro Luiz Marinho de proporcionar ferramentas mais ágeis e eficientes na gestão do registro sindical. Este avanço é fruto do trabalho conjunto das equipes do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) e do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do MTE”, explica o secretário.

As novas funcionalidades estão disponíveis através da página do CNES (cnes.trabalho.gov.br). Para garantir a segurança e autenticidade das operações é obrigatório o uso de certificado digital.

FONTE: MINISTERIO DO TRABALHO

PEC deve atribuir à União função de coordenar o Sistema Único de Segurança Pública

Spacca



A segurança pública, de há muito, deixou de ser um problema local para tornar-se uma questão nacional, considerada a criminalidade organizada, cuja atuação transcende as fronteiras estaduais e até mesmo as do próprio país. Por isso, seu enfrentamento exige um planejamento estratégico capitaneado pelo governo central. Também os estabelecimentos prisionais, hoje majoritariamente controlados pelos estados e o Distrito Federal, demandam um tratamento semelhante.

Para tanto, é preciso modernizar o modelo concebido pelos constituintes de 1988, ou seja,

há mais de 35 anos, para adequá-lo à conjuntura atual, mediante uma emenda à Constituição que outorgue à União a competência de coordenar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído por simples lei ordinária (Lei 13.675, de 11 de junho de 2018), permitindo que ela estabeleça diretrizes vinculantes para todas as entidades federadas.

Ao par disso, conviria atribuir à União o poder de editar normas gerais sobre segurança pública e sistema prisional, objetivando uniformizar a atividade dos entes subnacionais nesses setores, sem prejuízo da competência destes

de regularem seus interesses específicos.

Por outro lado, constata-se que os estados e o Distrito Federal atuam na segurança pública por meio de duas corporações distintas: uma polícia ostensiva e outra judiciária. Às polícias militares incumbe a preservação da ordem pública, cabendo às polícias civis a apuração de infrações penais, a qual, no plano da União, é feita pela Polícia Federal (PF).

A União, porém, não conta com uma polícia ostensiva propriamente dita, embora a Polícia Rodoviária Federal (PRF) venha sendo requisitada, com uma frequência cada vez maior, a dar apoio aos agentes de segurança locais, não raro extrapolando sua missão constitucional.

Ao contrário de outros países, o governo central não possui uma força policial capaz de coibir eficazmente a criminalidade, que, de modo crescente, se espalha por todo o território nacional, a exemplo do roubo de cargas, do contrabando, do descaminho, da pirataria e do tráfico de drogas, de armas e de pessoas.

A PRF poderia cumprir esse papel. Trata-se de uma polícia civil — e não militar— que respeita a hierarquia e disciplina e tem uma gestão de excelência. É integrada por quase 13 mil agentes, que contam com veículos, armamentos e equipamentos modernos e sofisticados, comportando uma ampliação de atribuições, de modo a dotar a União de uma

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

força apta a evitar e reprimir crimes cometidos em áreas de seu interesse e a prestar auxílio aos entes federados, de forma emergencial e temporária.

Já a PF, sabidamente, enfrenta limitações no combate à criminalidade organizada e à destruição do meio ambiente, tendo em conta a disciplina constitucional vigente. Conviria, pois, cometer a ela, de forma expressa e inequívoca, a atribuição de investigar e reprimir as facções criminosas e de combater a degradação das áreas de preservação ambiental, sem prejuízo da ação dos órgãos de segurança locais.

Para conferir funcionalidade ao sistema, valeria criar um Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária, cujos recursos seriam direcionados a programas, projetos e ações em benefício dos três níveis político-administrativos da federação, vedando-se o seu contingenciamento.

Sem uma mudança constitucional adequada, continuaremos a enfrentar uma criminalidade cada vez mais organizada, sem prover o Estado brasileiro dos instrumentos legais e materiais necessários para combatê-la.

Ricardo Lewandowski - é ministro da Justiça e da Segurança Pública, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e professor titular de Teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

FONTE: CONJUR

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF